

Governo evitará o uso de decreto-lei

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Assembléia Nacional Constituinte será instalada em 1º de fevereiro de 1987 e os constituintes trabalharão como Congresso ordinário, paralelamente, para que o Executivo não tenha de legislar por decreto-lei. A informação foi dada ontem pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, depois de receber do presidente José Sarney a minuta da mensagem presidencial de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que será discutida hoje na reunião do conselho político.

Lyra já apresentou a minuta do líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, e informou que até sexta-feira o governo enviará ao Congresso a proposta de emenda constitucional instalando a Constituinte. Em entrevista coletiva à imprensa, o ministro da Justiça alinhou os principais pontos da minuta — que é um documento “simples” e deixa as principais decisões para que a Constituinte resolva em 1987. A minuta não prevê o referendo popular e não resolve a situação dos senadores eleitos em 1982, assuntos que serão também abordados pela Constituinte. Seu presidente deverá ser definido hoje na reunião do conselho político, e poderá ser o parlamentar mais idoso dos eleitos em 15 de novembro do próximo ano ou ainda o presidente do Supremo Tribunal Federal. Ly-

ra, apesar de ter informado que a minuta indica quem será o presidente até que seja eleito o presidente definitivo, não revelou a fórmula encontrada.

A minuta do presidente Sarney é “simples” e objetiva — caracterizou o ministro da Justiça — e tem apenas quatro artigos. A eleição da Constituinte será mesmo em 15 de novembro de 1986 e sua instalação em 1º de fevereiro de 1987. Deverá funcionar unicameralmente, e somente em 1988 voltaria o regime bicameral — Câmara e Senado. A Constituinte — “livre e soberana” — poderá ter poderes para reformular a Federação e a República. “É uma situação plausível, embora remota” — admitiu um dirigente do PMDB. A situação dos 23 senadores eleitos em 1982 será definida por resolução interna da própria Assembléia Constituinte.

Para a aprovação da emenda constitucional é necessário que dois terços do Congresso Nacional votem favoravelmente. A proposta governamental só será examinada pelo Legislativo a partir do segundo semestre, após o recesso de julho.

Ontem à noite, os líderes do PMDB e do PFL receberam em suas residências, por iniciativa do ministro Fernando Lyra, cópias da minuta do projeto de emenda constitucional, para que todos já a tenham examinado antes da reunião de hoje do conselho político.